

Introdução

Ao longo dos próximos capítulos apresentaremos alguns indicadores de gestão orçamental e patrimonial. Iremos analisar detalhadamente os dados do ano em apreciação, avaliando o seu grau de execução, destacando a informação mais relevante e apresentado as justificações para os desvios mais significativos. Para alguns dos indicadores, em concreto, em função da sua relevância no contexto autárquicos faremos uma análise comparativa sua evolução ao longo dos últimos anos, estabelecendo ainda comparabilidade com a informação disponibilizada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2022.

Desta forma será possível, avaliar a realidade financeira do município, não apenas de forma isolada, mas em termos comparativos com a realidade dos restantes municípios.

Em termos globais, podemos considerar que o ano 2023 foi um ano muito positivo a todos os níveis. Foi de facto, não só o ano que se esperava, mas o que há muito também se ambicionava. Foi possível dar um impulso decisivo em algumas obras que tardavam em arrancar, foi possível garantir que todas em obras em curso adquiriam um bom ritmo de execução e foi ainda possível continuar a programar e projetar um conjunto significativo de novas intervenções que dão garantias de que será possível continuar a garantir o cumprimento da estratégia Municipal ao longo dos próximos anos.

Ainda sob alguma influência dos condicionalismos externos que todos conhecemos, toda a atividade municipal retomou a sua programação habitual, e o seu ciclo natural. Destaque para a realização de mais uma edição do Festival Islâmico, o ponto alto de toda a programação cultural, mas também com outras excelentes iniciativas, como a Feira do Mel, as Festas da Vila ou a Feira da Caça. Era um ano em que as expetativas recaiam sobre as grandes obras, mas isso não condicionou a restante programação nem o investimento habitual que afetamos às restantes áreas de intervenção. Ao nível dos recursos humanos, assistimos ao reforço do mapa de pessoal com a integração de vários nossos colaboradores, essencialmente ao nível da área operacional.

Resumo da Atividade Desenvolvida

As grandes opções do plano para 2023, apreciadas em reunião de Câmara do dia 21 de dezembro de 2022 e aprovadas em reunião da Assembleia Municipal realizada também no dia 21 de dezembro de 2022, foram elaboradas e apresentadas num cenário ainda de alguma imprevisibilidade, dado o contexto externo, mas com a certeza que tinha sido possível conjugar

uma série de variáveis que nos davam garantias que poderia ser um ano de grande execução, o que se veio a verificar.

Os documentos previsionais, que apresentavam uma previsão de despesa na ordem dos vinte e cinco milhões de euros, foram ao longo do ano sofrendo os ajustamentos necessários em função das circunstâncias, chegando ao final do ano com uma dotação de aproximadamente quarente e dois milhões. Analisaremos ao longo do relatório a forma como foram introduzidos os ajustamentos e a sua explicação mais detalhada. Foi um ano difícil, um ano de muito trabalho, mas acima de tudo um ano em que os resultados são visíveis, essencialmente pelo volume de investimento que foi possível concretizar.

Analisando separadamente os instrumentos de planeamento, temos a seguinte situação: No que respeita às AMR's (Atividades Mais Relevantes), inicialmente apresentavam uma previsão de despesa de aproximadamente três milhões de euros em financiamento definido, e cinco milhões e seiscentos mil euros em financiamento não definido, foram sucessivamente ajustadas, tendo no final do ano evidenciado uma dotação na ordem dos oito milhões de euros e uma execução de aproximadamente seis milhões de euros, o que traduz uma execução de 70%. Dar nota que neste documento constam não apenas as ações regulares relacionadas com a área cultural, de promoção turística e de eventos, mas também muitas outras ações relacionadas com o próprio funcionamento da organização. Por sua vez, no que respeita ao PPI (Plano Plurianual de Investimentos Municipal), cuja previsão inicial ascendia aos quinze milhões de euros em financiamento definido e quinze milhões de euros, também, em financiamento não definido, foi sendo ajustado, tendo no final do ano atingido a marca histórica de vinte e dois milhões de euros, dos quais foram pagos mais de treze milhões, ou seja, cerca de 60%, do investimento programado.

Análise da Execução Orçamental

Neste capítulo pretende-se analisar a execução da componente orçamental do município. São avaliadas as diversas rúbricas da receita e da despesa, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura, apresentado nalguns casos, a sua evolução ao longo dos últimos anos e comparando simultaneamente com os indicadores disponíveis no anuário financeiro de 2022 relativamente aos municípios de pequena dimensão, onde nos incluímos.

Receitas Municipais

De acordo com a legislação em vigor, a inscrição orçamental e registo contabilístico da receita municipal, obedece, na sua generalidade ao disposto no classificador económico apresentado

pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, tendo sido agregada de acordo com a sua natureza em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

Execução Global do Orçamento da Receita

Designação	2023
Receitas previstas iniciais	25 420 761,00 €
Receitas previstas corrigidas	41 800 989,75 €
Receitas liquidadas	38 352 242,60 €
Receitas por cobrar no início do ano	254 993,82 €
Receitas cobradas líquidas	38 323 087,83 €
Diferença entre receita prevista e receita cobrada	3 477 901,92 €
Diferença entre receita prevista e receita liquidada	3 448 747,15 €
Receita por cobrar no final do ano	247 591,72 €
Receitas liquidadas / Receitas previstas	92%
Grau de execução da receita cobrada	92%

Em 2023 o município liquidou e cobrou receita na ordem dos trinta e oito milhões de euros, o que representa, respetivamente, uma execução 92% da receita prevista. Neste indicador em concreto, não há nenhum dado novo digno de registo, em relação às taxas de execução, considerando que por norma a nossa execução da receita é sempre bastante elevada. Devemos, contudo, realçar o volume de receita liquidada e cobrada, que comparativamente com o ano anterior, se traduz num acréscimo de dez mil euros. As previsões iniciais, de cerca de vinte e cinco milhões de euros, foram ao longo do ano sofrendo ajustamentos, situando-se no final do ano nos quarenta e dois milhões de euros, aproximadamente. Este foi o maior orçamento que alguma vez tivemos para executar, o que só por si, é revelador do enorme desafio que foi o ano 2023. O maior ajustamento deveu-se à introdução do saldo da gerência de 2022 na ordem dos onze milhões e setecentos mil euros. Na revisão nº2, aprovada em abril, registou-se um novo ajustamento, também de valor significativo (cerca de quatro milhões de euros), com a inclusão dos três empréstimos BEI.

Estrutura da Receita Municipal por capítulos económicos

Neste ponto pretende-se avaliar a estrutura da receita municipal e o respetivo peso na receita total. Seguindo a nomenclatura do classificador económico, continuamos a analisar as duas componentes, separadamente, apesar de cada vez mais o conceito de receita corrente e receita

de capital estar a perder utilidade. Não havendo nenhuma limitação a esse nível na construção do orçamento e sendo possível afetar até 90% da receita proveniente do orçamento do estado, que é a receita de maior volume, à componente corrente, os municípios ficam com uma margem maior para gerir o seu equilíbrio orçamental.

Designação	Valor cobrado 2023	%
Receitas Correntes	15 379 972,05 €	58%
Cap. 01 - Impostos diretos	884 306,24 €	
Cap. 04 - Taxas	126 303,79 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	503 723,78 €	
Cap. 06 - Transferências correntes	12 521 596,60 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	1 278 274,42 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	65 767,22 €	
Receitas de Capital	11 181 928,43 €	42%
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	62 798,60 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	7 600 048,75 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	274,26 €	
Cap. 12 - Passivos financeiros	3 518 806,82 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	0,00 €	
Total Receita	26 561 900,48 €	

Nesta avaliação não entramos em linha de conta com as “Outras receitas municipais”, onde se inclui o saldo de gerência anterior. Estamos a avaliar apenas as receitas efetivamente arrecadadas em 2023. Assim, a receita total arrecadada, foi de vinte e seis milhões e meio de euros, o que representa um acréscimo de cerca de oito milhões de euros em relação ao ano anterior. Do lado da receita corrente, registou-se um volume de cobrança de quinze milhões e trezentos mil euros, aproximadamente, o que representa 58 % da receita total arrecadada. Esta componente na receita é composta maioritariamente pelas transferências correntes (Cap. 06), receita que resulta essencialmente das transferências do Orçamento de Estado e de Financiamentos comunitários.

Do lado da receita de capital, os cerca de onze milhões de euros de receita cobrada, representam um acréscimo de oito milhões em relação a 2022. Fruto deste aumento da receita de capital, o seu peso na receita total, passou de 18% em 2022, para 42% em 2023. O capítulo 10 (transferências de capital) e os passivos financeiros, capítulo 12 (empréstimos), são as duas principais rúbricas.

Neste ano em concreto, assistimos a um maior equilíbrio entre estas duas grandezas, fruto essencialmente do valor arrecadado por via dos financiamentos comunitários, que ascendeu aos cinco milhões de euros.

Estrutura e evolução das transferências recebidas

A rubrica "Transferências recebidas", correntes e capital (Cap. 06 e Cap.10), como ficou demonstrado no ponto anterior, assumem uma relevância extrema pelo impacto que tem na construção do orçamento municipal. Este ano em concreto, no seu conjunto, representam cerca de 75% da receita total do município. Dado o peso que tem no orçamento municipal, pretendemos neste ponto analisar detalhadamente a sua composição e evolução. As transferências são essencialmente compostas pelas transferências do Orçamento de Estado (OE), quer seja por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) quer pela via, mais recentemente, do Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), e ainda, pelas transferências de Fundos Comunitários (FC) e pelas transferências de Serviços e fundos autónomos (IEFP, IGF, DGAL, etc.). Entende-se por isso pertinente apresentar o desdobramento destas três componentes, analisando o seu comportamento ao longo dos últimos quatro anos.

Designação	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)
Transferências do OE	14 669 809,24 €	63%	12 603 422,15 €	83%	13 484 818,14 €	84%	12 468 515,53 €	87%
Fundos Comunitários	5 267 164,75 €	26%	1 653 805,71 €	11%	1 462 814,57 €	9%	1 360 763,22 €	10%
Outras transferências	184 671,36 €	1%	947 293,89 €	6%	1 199 263,32 €	7%	459 012,77 €	3%
Total Transferências	20 121 645,35 €		15 204 521,75 €		16 146 896,03 €		14 288 291,52 €	

Podemos desde logo comprovar o peso que as transferências do Orçamento de Estado, representam no total das transferências recebidas. Em 2023, assistimos a um reforço em termos absolutos do valor transferido por esta via, em virtude do Fundo de Financiamento da Descentralização ter passado a ser transferido pelo OE. Contudo, o seu peso nas transferências passou de 83% em 2022 para 63% em 2023, o que se deve a um aumento exponencial do valor arrecadados pela via dos Fundos comunitários que passa de um milhão e seiscentos mil euros, em 2022, para cinco milhões e duzentos mil euros, em 2023 e com isso, o seu peso no total das transferências, passa dos 11% para os 26%.

Da análise da tabela interior, retiramos também um crescimento progressivo nas duas principais componentes das transferências, o que devemos registar como muito positivo, dada a estabilidade que esta informação representa, ao nível da construção dos orçamentos futuros,

A principal fonte de receita dos municípios de pequena dimensão, são como se sabe, as transferências correntes e de capital, nomeadamente as provenientes do Orçamento do Estado.

De acordo com o anuário financeiro de 2022 estas duas componentes agregadas, representaram cerca de 67% da receita dos municípios, o que comparando com os 63% que registámos em 2023, significa que estamos dentro da média nacional.

Apresentamos de seguida, a evolução que esta componente da receita evidenciou entre 2020 e 2023. Sendo a principal fonte de receita do município como se referiu anteriormente, torna-se indispensável dedicar uma atenção especial.

Designação	2023	2020	Evolução 2020 /2023
Transferências do OE	14 669 809,24 €	12 468 515,53 €	18%
Fundos Comunitários	5 267 164,75 €	1 360 763,22 €	287%
Outras transferências	184 671,36 €	459 012,77 €	-60%
Total Transferências	20 121 645,35 €	14 288 291,52 €	41%

Como primeira nota e mais relevante, perceber que as transferências do OE registaram uma evolução positiva. Dada a importância que representam no orçamento municipal, como demonstrámos anteriormente, dá-nos uma enorme tranquilidade observar este comportamento positivo, que esperamos se possa manter nos exercícios futuros. Este aumento, deve-se por um lado a um aumento progressivo que por norma assistimos ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas também ao facto desta receita ter incorporado também as verbas do Fundo de Financiamento da Descentralização (Educação e Ação Social), que no seu conjunto ascende a um milhão de euros.

Devemos, contudo, continuar a aceitar esta forte dependência das transferências e esta menor capacidade para gerar receita própria, para todos os Municípios de pequena dimensão, e que resulta não de opções políticas ou estratégicas, mas de fatores completamente alheios à própria gestão municipal. Resta-nos, pois, continuar a garantir que as transferências do OE mantem esta tendência de crescimento sistemático e trabalhar no sentido de captar financiamento comunitário, que estará sempre associado a uma maior ou menor capacidade de executar as grandes intervenções que estão projetadas.

Despesas Municipais

Neste ponto pretende-se analisar a informação sobre a execução orçamental da despesa, avaliando e comparando despesa prevista com a despesa comprometida e despesa paga.

Designação	2023
Despesas previstas iniciais	25 420 761,00 €
Despesas previstas corrigidas	41 800 989,75 €
Compromissos do exercício	35 155 756,76 €
Despesas pagas no exercício	28 552 498,96 €
Compromissos por pagar no exercício	6 062 862,00 €
Grau de execução da despesa comprometida em relação à despesa corrigida	84%
Grau de execução da despesa paga em relação aos compromissos assumidos	81%
Grau de execução da despesa paga em relação à despesa prevista	68%

O indicador da despesa comprometida com (84%), evidencia um acréscimo de cerca de vinte pontos percentuais em relação a 2022, e representa, quer em termos absolutos quer em termos relativos, um ano absolutamente diferente de todos os outros. Com este indicador, aproximamos dos valores apresentados no anuário financeiro de 2022.

No indicador da despesa paga em relação à despesa prevista corrigida (68%) é consideravelmente um valor bastante próximo do valor apresentado no anuário para o ano 2022 (76%).

Nestes dois indicadores, que em 2022 estavam bastante distantes da média nacional, o Município de Mértola, consegue em 2023, uma recuperação assinalável e aproxima-se de forma bastante satisfatória das médias nacionais.

Estrutura da despesa por capítulos económicos

Neste capítulo vamos analisar em concreto cada uma das componentes da despesa, agrupada em corrente e capital, e avaliada na ótica dos pagamentos, ou seja, o valor apresentado, é o valor que foi efetivamente pago.

Designação	Valor pago 2023	%
Despesas Correntes	14 145 235,77 €	50%
Cap. 01 - Despesas com pessoal	6 484 104,62 €	
Cap. 02 - Aquisição de bens e serviços	5 900 216,93 €	
Cap. 03 - Juros e outros encargos	49 122,81 €	
Cap. 04 - Transferências correntes	1 613 942,23 €	
Cap. 05 - Subsídios	31 910,85 €	
Cap. 06 - Outras despesas correntes	65 938,33 €	
Despesas de Capital	14 407 263,19 €	50%
Cap. 07 - Aquisição de bens de capital	13 107 993,45 €	
Cap. 08 - Transferências de capital	490 481,48 €	
Cap. 09 - Ativos financeiros	0,00 €	
Cap. 10 - Passivos financeiros	808 788,26 €	
Cap. 11 - Outras despesas de capital	0,00 €	
Total Despesa	28 552 498,96 €	

Da análise aos valores que constam da tabela em cima, devemos desde logo realçar este equilíbrio verificado entre despesa corrente e despesa capital paga. Por norma, a despesa corrente representa sempre mais de 70% da despesa total. Em 2023, apesar da despesa corrente continuar a aumentar o que era expeável, o dado novo, é, o valor realizado ao nível da despesa de capital, nomeadamente ao nível do capítulo 07, que ascendeu aos treze milhões de euros.

Foram executados cerca de catorze milhões e cem mil euros de despesa corrente, exatamente 50% da despesa total paga. Esta execução, traduz um acréscimo de cerca de um milhão de euros em relação a 2022, contudo, em termos relativos, a despesa corrente diminui em cerca de vinte pontos percentuais, passando de 73% para 50%, da despesa total.

As despesas com pessoal, são como se pode observar, as que maior peso tem na componente da despesa corrente. Passaram de cinco milhões e setecentos mil euros, para seis milhões e quatrocentos mil euros, mas mantem o seu peso, no conjunto da despesa corrente, que se situa na ordem dos 45%.

A outra rúbrica que tem registado um valor absoluto acima dos cinco milhões, é a rúbrica das aquisições de bens e serviços. Apresentava em 2022 cinco milhões e trezentos mil euros de despesa paga, e em 2023 de cinco milhões e novecentos mil euros, mantendo o seu peso no total da despesa corrente, na ordem dos 40%.

Por sua vez nas despesas de investimento, a execução de 50% que alcançamos em 2023, em termos absolutos, com um valor pago que ascende aos catorze milhões e quatrocentos mil euros,

relativamente a 2022, representa um aumento de nove milhões de euros, o seu peso, no conjunto da despesa total do Município, passa de 22% em 2022 para 45%, em 2023.

Estrutura e evolução das despesas correntes e de capital

Designação	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)
Despesas correntes	14 145 235,77 €	50%	13 000 214,85 €	73%	11 374 061,48 €	68%	10 249 839,21 €	69%
Despesas capital	14 407 263,19 €	50%	4 720 339,53 €	27%	5 440 405,65 €	32%	4 577 256,49 €	31%
Total Despesas	28 552 498,96 €		17 720 554,38 €		16 814 467,13 €		14 827 095,70 €	

Da análise à tabela é possível perceber como têm evoluído as despesas correntes e de capital ao longo dos últimos quatro anos e o seu peso relativo, no total da despesa do município. Não havendo nenhum indicador que determine qual deve ser obrigatoriamente o peso de cada uma das componentes, cada município faz a afetação dos seus recursos de acordo com as suas linhas estratégicas, naturalmente que uma boa gestão dos recursos terá sempre subjacente o mínimo de despesa corrente e o máximo de investimento. A este nível, dizer que o município de Mértola, tem ao longo dos anos, obtido, em termos percentuais, execuções em linha com a média nacional, em que a despesa corrente representa entre 65% a 70% da despesa total e a despesa de capital represente entre os 25% e os 30%. Os indicadores de 2023, sabemos de antemão que se trata de uma situação excecional, contudo, devemos realçar, sobretudo pelo volume realizado, ao nível da despesa de capital, e como isso contribuiu para um volume de despesa total paga, que representa quase o dobro da despesa paga em 2020.

Dado o peso relevante que as despesas com pessoal têm na estrutura da despesa global, apresentamos de seguida a evolução desta componente da despesa corrente, ao longo dos últimos quatro anos.

Designação	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)
Despesas com pessoal	6 484 104,62 €	23%	5 715 326,94 €	32%	5 431 560,41 €	32%	5 123 062,74 €	35%
Total despesa	28 552 498,96 €		17 720 554,38 €		16 814 467,13 €		14 827 095,70 €	

É possível perceber desde logo um acréscimo em termos absolutos desta rubrica, desde 2020, que ascende a um milhão e trezentos mil euros. Sendo ainda possível perceber que o maior acréscimo foi registado de 2022 para 2023, em linha com a estratégia assumida no reforço do quadro de pessoal, em várias áreas. Nos anos anteriores, as despesas com pessoal representavam entre 30% a 35% da despesa total do Município, em 2023, fruto do volume excecional de despesa realizada esse peso diminui para 23%. Será de esperar que no próximo ano, a despesa total volte

para os níveis anteriores e teremos novamente, as despesas com pessoal com um peso na mesma ordem de representatividade.

As despesas com pessoal, em 2022, representavam, de acordo com o anuário financeiro dos municípios, 30,8% da despesa total, o que para nós, deverá servir como linha orientadora.

Despesas pagas com investimentos

Designação	2023	Peso (%)	2022	Peso (%)	2021	Peso (%)	2020	Peso (%)
Investimento	13 107 993,45 €	46%	3 983 837,04 €	22%	4 563 200,42 €	27%	2 831 177,41 €	19%
Total despesa	28 552 498,96 €		17 720 554,38 €		16 814 467,13 €		14 827 095,70 €	

Este indicador serve muitas vezes de referência para avaliar o desempenho da organização. Na realidade, sem execução de investimentos, o trabalho autárquico é muitas vezes colocado em causa. Olhando apenas, com frieza, para os números, poderíamos dizer nessa perspetiva, que 2020, 2021 e 2022 foram anos pouco produtivos em termos de trabalho autárquico, devemos, contudo realçar, para ser justos na avaliação, que muito do investimento que se concretizou em 2023, investimento que é agora visível, é fruto de muito trabalho realizado em todos esses anos anteriores.

Fomos ao longo dos anteriores exercícios económicos, dando nota, dos vários fatores que de uma forma ou de outra iam contribuindo para que os volumes de investimento ficassem aquém do esperado. Algumas das ações com maior impacto financeiro, e que na sua génese são a imagem de uma estratégia municipal, como são por exemplo, o Lar de São Miguel do Pinheiro, o Pavilhão Multiusos de Mértola ou o Hammam e Casa de Chá, que como é do conhecimento geral, foram obras que sofreram ao longo do seu processo de execução, diversos constrangimento de vária ordem que se prolongaram no tempo, condicionam de forma muito acentuada dois ou três exercícios económicos.

Comparação da Receita Cobrada com a Despesa Realizada e Paga

Esta secção é dedicada à comparação entre o volume da despesa e o volume da receita, uma vez que a sustentabilidade das finanças autárquicas assenta no equilíbrio destas duas componentes orçamentais.

	Designação	2023
Receitas	Receitas previstas corrigidas	41 800 989,75 €
	Receitas liquidadas	38 352 242,60 €
	Receitas cobradas	38 323 087,83 €
	Receitas liq. p/ cobrar	254 993,82 €
	Saldo exercício anterior	11 758 484,15 €
Despesas	Despesas previstas corrigidas	41 800 989,75 €
	Compromissos do exercício	35 155 756,76 €
	Despesas pagas no exercício	28 552 498,96 €
Excesso de despesa sobre receita	Receitas liquidadas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	14 954 969,99 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas comprometidas	14 925 815,22 €
	Receitas cobradas + Saldo exercício anterior - despesas pagas	21 529 073,02 €

Da análise ao mapa é possível perceber a capacidade do município em realizar receita e neste exercício em concreto, é também evidente que foi possível ultrapassar um dos problemas verificados nos exercícios anteriores, relacionada com alguma dificuldade em comprometer e executar despesa.

Da análise aos valores que constam da tabela, retiramos que ao saldo de gerência transitado de 2022 e ao impacto resultante da execução do ano 2023 resulta um saldo para a gerência seguinte nove milhões e setecentos mil euros. Ou seja, o saldo de 2022 sofre uma redução de cerca de dois milhões de euros.

Em forma de conclusão, podemos dizer que excetuámos em 2023 um volume de despesa ímpar, e mesmo assim mantivemos as nossas disponibilidades quase intactas (o saldo de gerência sofre uma redução de apenas 16%), o que nos dá garantias para podermos nos próximos exercícios continuar a comprometer e a realizar despesa em volume considerável.

Análise Financeira, Económica e Patrimonial

Neste capítulo procedemos à agregação e análise dos dados de natureza patrimonial e financeira do município,

Ativo

Nesta secção apresentam-se os valores agregados das componentes do Ativo e analisamos o peso de cada uma das componentes, bem como a sua evolução em relação a 2022.

Componentes do Ativo	2023	2022
Ativo não corrente	74 119 711,57 €	58 745 518,45 €
Ativos fixos tangíveis	72 415 581,02 €	57 021 101,99 €
Propriedades de investimento	162 800,00 €	162 800,00 €
Ativos intangíveis	46 815,81 €	67 764,64 €
Participações financeiras	1 487 102,49 €	1 486 439,57 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	7 412,25 €	7 412,25 €
Ativo corrente	11 179 010,50 €	13 057 304,99 €
Inventários	387 223,92 €	401 202,36 €
Devedores por empréstimos e subsídios reembolsáveis	1 200,00 €	1 200,00 €
Clientes contribuinte e utentes	211 622,21 €	216 776,33 €
Estado e outros entes públicos	39 792,69 €	32 816,38 €
Outras contas a receber	637 756,47 €	631 884,57 €
Diferimentos	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	9 901 415,21 €	11 773 425,35 €
Ativo Total	85 298 722,07 €	71 167 563,86 €

Comparativamente com o ano 2022, regista-se um aumento do ativo, na ordem dos catorze milhões de euros, que resulta essencialmente do aumento do ativo fixo tangível. O Município apresenta um ativo corrente que representa cerca de 13% do total do ativo, cuja componente de maior peso é a rubrica das disponibilidades (caixa e depósitos) (12%), tendo, as outras contas a receber, os clientes e os inventários um peso residual de aproximadamente 1,5% do total do ativo. Do lado do ativo não corrente, os ativos fixos tangíveis com cerca de 85% do total do ativo, são os que maior peso tem nesta rubrica agregada.

Fundos Próprios (Património Líquido)

Nesta secção apresentam-se os valores que compõem o património líquido do município. Os fundos próprios, sendo a diferença entre o Ativo e o Passivo, representam o património líquido do município.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2023	2022
Património / Capital	23 472 425,56 €	19 863 965,56 €
Reservas	2 755 810,77 €	2 811 772,26 €
Resultados transitados	23 232 151,26 €	23 735 804,66 €
Ajustamentos em ativos financeiros	337 624,00 €	337 624,00 €
Outras variações no Património Líquido	28 906 448,48 €	20 631 166,98 €
Resultados líquidos do período	-1 900 482,23 €	-559 614,89 €
Total Património/Capital	76 803 977,84 €	66 820 718,57 €

Os fundos próprios do município totalizam setenta e seis milhões e oitocentos mil euros o que representa cerca de 90% do total do ativo. A rubrica "Outras variações no Património Líquido" é a que maior peso tem no total desta componente, seguida do património/capital e dos Resultados Transitados. Nesta rubrica estão contabilizados os subsídios ao investimento.

De referir também neste capítulo o resultado líquido negativo registado no ano, com um valor de um milhão e novecentos mil euros.

Passivo

Nesta secção analisaremos o passivo corrente (exigível no curto prazo) e o passivo não corrente (exigível a médio e longo prazos), bem como a sua estrutura e peso relativo no total do passivo municipal.

Passivo Exigível	2023	2022
Passivo não corrente	4 661 395,20 €	1 767 362,54 €
Provisões	47 904,22 €	47 904,22 €
Financiamentos obtidos	4 563 358,51 €	1 705 804,43 €
Outras contas a pagar	50 132,47 €	13 653,89 €
Passivo Corrente	3 833 349,16 €	3 214 742,33 €
Credores por transferências e subsídios	31 151,37 €	20 938,28 €
Fornecedores	106 548,78 €	105 667,12 €
Estado e outros entes públicos	176 541,56 €	147 901,06 €
Financiamentos obtidos	180 213,40 €	327 748,84 €
Fornecedores de investimentos	82 132,26 €	61 673,16 €
Outras contas a pagar	1 184 927,36 €	921 332,29 €
Diferimentos	2 071 834,43 €	1 629 481,58 €
Total Passivo	8 494 744,36 €	4 982 104,87 €

O Município apresenta um passivo na ordem dos oito milhões e quatrocentos mil euros, cerca de três milhões e meio acima do valor registado no final do ano anterior. O passivo não corrente representa 55% e o passivo corrente 45%, do total do passivo do município. Para a componente do passivo não corrente, concorre essencialmente a dívida de empréstimos que tem vindo a evidenciar uma diminuição progressiva nos últimos anos e que em 2023, fruto da operação que contratualizámos com o BEI regista um acréscimo.

Rácios Financeiros

Neste capítulo iremos utilizar indicadores de forma a avaliar a situação financeira do município. Utilizamos para o efeito alguns dos indicadores recomendados pela Unileo.

Índice de Liquidez

Este indicador relaciona o ativo corrente, que inclui as disponibilidades, os inventários e as dívidas a receber, com o passivo corrente, que inclui a dívida de curto prazo, essencialmente fornecedores e empréstimos.

Índice de Liquidez	2023
Ativo Corrente	11 179 010,50 €
Passivo Corrente	3 833 349,16 €
Cálculo do Índice	292%

O rácio de Liquidez Geral apresente um valor de 292%, evidencia em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em “liquidez” no prazo de um ano. O ativo do município cobre o passivo em cerca de 292%, o que se traduz num excelente resultado. Apesar do indicador ser inferior ao registado no final de 2022, trata-se mesmo assim de um valor, que garante total liquidez.

Índice de Autonomia Financeira

Índice de Autonomia Financeira	2023
Património Líquido	76 803 977,84 €
Ativo	85 298 772,20 €
Cálculo do Índice	90%

A Autonomia Financeira reflete a solidez financeira e a capacidade do Município para cumprir as suas obrigações não correntes. Ela representa a percentagem dos ativos totais do Município financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o seu valor, menor é o peso do passivo no financiamento dos ativos. O indicador apresentado reflete uma excelente autonomia financeira por parte do município, com 90% o que representa um valor idêntico ao verificado em 2022.

Índice de Solvabilidade

A Solvabilidade traduz a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo este último uma visão de curto prazo e a solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. O indicador apresentado superior a 100% traduz uma situação financeira bastante estável.

Índice de Solvabilidade	2023
Património Líquido	76 803 977,84 €
Passivo	8 494 744,36 €
Cálculo do Índice	904%

Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Neste ponto iremos apresentar o cálculo do prazo médio de pagamento do município, calculado de acordo o definido no nº4 do Despacho n. 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril no DR nº 71, 2ª série Parte C.

Prazo Médio de Pagamento (PMP)	2023
Saldo médio de fornecedores/outros credores	329 236,04 €
Saldo médio de compras + FSE	6 992 426,00 €
Cálculo do Índice (º dias)	17

O Prazo Médio de Pagamentos é o rácio que mede a celeridade (em dias) com que o Município costuma pagar as suas dívidas aos fornecedores. Com um valor de 17 dias, corresponde em média a uma situação ótima e que também tem sido uma imagem de marca do município de Mértola.

Outros indicadores relevantes para a análise financeira

Equilíbrio Orçamental

Um dos indicadores que permite aduzir o ajustamento da despesa à receita certa e permanente dos municípios com vista à promoção da sua sustentabilidade financeira, é a comparação entre a receita bruta cobrada e despesa corrente paga acrescida dos pagamentos das amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, nos termos dos artigos 40º e 83º da Lei 73/2013, de 30 de setembro.

Designação	2023
Receita corrente cobrada bruta	15 402 270,64 €
Despesa corrente paga	14 145 235,77 €
Amortizações de empréstimos	475 250,48 €
Total da despesa acrescida das amortizações	14 620 486,25 €
Saldo corrente deduzido das amortizações	781 784,39 €
Saldo Gerência afeto a Correntes	5 078 767,00 €
Saldo corrente + saldo gerência	5 860 551,39 €
Saldo corrente / receita corrente	38%

O quadro mostra a relação entre as duas componentes da estrutura financeira do MM, que traduz o estado de equilíbrio orçamental, que se cifra em 62%. Significa isto que o município dispõe ainda de uma margem de 38% para poder continuar a comprometer e realizar despesa corrente.

Independência Financeira

Este indicador relaciona as receitas próprias com as receitas totais para aferir o grau de independência financeira do município. Considera-se que existe independência financeira nos casos em que as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais.

Designação	Valor cobrado 2023	%
Receitas Próprias	2 921 448,31 €	13%
Cap. 01 - Impostos diretos	884 306,24 €	
Cap. 04 - Taxas	126 303,79 €	
Cap. 05 - Rendimentos de propriedade	503 723,78 €	
Cap. 07 - Venda de bens e serviços	1 278 274,42 €	
Cap. 08 - Outras receitas correntes	65 767,22 €	
Cap. 09 - Venda de bens de investimento	62 798,60 €	
Cap. 11 - Ativos financeiros	274,26 €	
Cap. 13 - Outras receitas de capital	0,00 €	
Transferências	20 121 645,35 €	87%
Cap. 06 - Transferências correntes	12 521 596,60 €	
Cap. 10 - Transferências de capital	7 600 048,75 €	
Receitas Totais	23 043 093,66 €	

O MM apresenta uma independência financeira de 13%, indicador esse que se tem mantido constante nos últimos anos, e que evidencia uma elevada dependência financeira. De acordo com o anuário financeiro de 2022, os 187 município de pequena dimensão, onde se inclui o MM, apresentam em média uma independência financeira de 25,80%, o que revela bem a dificuldade dos municípios de menor dimensão em atingir os 50%, que representaria uma situação de elevada dependência financeira. Como se refere nas conclusões do anuário, esta é uma situação intransponível e impossível de alguma forma ser imputada à responsabilidade dos municípios, constituindo um ponto fraco, em termos de gestão financeira propriamente dita, pois não existe um controlo direto sobre esta receita, mas é uma situação completamente alheia à gestão municipal.

Endividamento

O endividamento municipal é calculado de acordo com o artigo 52º da Lei nº73/2013 de 03 de setembro.

Envidamento	2023
Média da receita cobrada nos últimos 3 anos	15 162 909,73 €
Média da receita acrescida de 1,5	22 744 364,60 €
Dívida do Município a 31/12/2023	2 667 406,11 €
Contribuição das entidades do SEL	368 877,85 €
Capacidade de endividamento	86,65%

De acordo com a informação disponível a 31/12/2023, o município de Mértola esgotou apenas cerca de 13% da sua capacidade de endividamento e tem por isso margem para continuar a endividar-se, na ordem dos 87%. De acordo com o mesmo artigo, os municípios só podem aumentar em cada ano, 20% da margem disponível. Excepcionalmente, em 2024, por força do artigo 76º da Lei do Orçamento de Estado para 2024, esta margem é aumentada para 40%, o que significa que o município poderá ainda aumentar a sua dívida em cerca sete milhões e oitocentos mil euros.

Contabilidade de Gestão

O município de Mértola implementou a contabilidade analítica, na vertente de custos, há já alguns anos e ao longo dos últimos anos tem vindo a introduzir melhorias que a tornam hoje uma importantíssima fonte de informação, mas ainda sem ser um verdadeiro instrumento de gestão e de decisão para as mais diversas áreas de intervenção do município. Trata-se de um processo de melhoria contínuo que exige de todos os intervenientes uma especial atenção e só assim, dando utilidade à informação que é gerada pela contabilidade analítica, se poderá melhorar esta importante ferramenta de gestão. Em 2023, demos mais um passo importante, com a implementação da contabilidade de proveitos. Estamos gradualmente a trabalhar na integração completa, nas áreas mais exigentes, como sejam os Setores Regulados (AA, AR e RU), e mais recentemente as áreas descentralizadas, Educação e Saúde, num processo de integração total que se espera concluir em breve.

Apresentamos de seguida uma tabela resumo com os valores apurados em 2023, por função, evidenciando as funções que apresentam maior volume de despesa, que analisaremos mais detalhadamente no próximo ponto.

Funções	Custos da Função			Proveitos da Função
	Total Custos Função	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	
111 - Administração Geral	3 467 197,89 €	1 362 079,58 €	2 105 118,31 €	34 074,03 €
121 - Proteção civil e luta contra incêndios	274 313,49 €	271 712,91 €	2 600,58 €	13 979,00 €
211 - Ensino não superior	1 282 681,64 €	764 551,68 €	518 129,96 €	993 560,79 €
212 - Serviço auxiliares de ensino	160 018,93 €	134 102,48 €	25 916,45 €	0,00 €
232 - Ação social	196 137,39 €	114 859,30 €	81 278,09 €	252 963,16 €
241 - Habitação	281 610,69 €	281 610,69 €	0,00 €	84 239,96 €
242 - Ordenamento do território	109 156,82 €	69 530,49 €	39 626,33 €	11 221,17 €
243 - Saneamento	984 683,40 €	973 864,29 €	10 819,11 €	326 779,45 €
244 - Abastecimento de água	646 906,47 €	1 058 108,83 €	-411 202,36 €	571 694,88 €
245 - Resíduos sólidos	421 233,38 €	410 415,98 €	10 817,40 €	333 922,72 €
246 - Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	623 478,61 €	382 831,63 €	240 646,98 €	169 240,83 €
250 - Serviços culturais, recreativos e religiosos	7 177,75 €	0,00 €	7 177,75 €	0,00 €
251 - Cultura	1 401 487,68 €	981 556,29 €	419 931,39 €	26 299,55 €
252 - Desporto, recreio e lazer	786 999,36 €	526 205,20 €	260 794,16 €	55 385,22 €
253 - Outras atividades cívicas e religiosas	72 773,48 €	72 727,04 €	46,44 €	9 911,22 €
320 - Indústria e energia	151 365,44 €	63 580,82 €	87 784,62 €	20,27 €
331 - Transportes rodoviários	2 335 728,79 €	2 332 640,01 €	3 088,78 €	17 691,60 €
341 - Mercados e Feiras	480 271,11 €	480 271,11 €	0,00 €	22 985,29 €
342 - Turismo	586 019,69 €	430 520,27 €	155 499,42 €	23 892,92 €
343 - Desenvolvimento económico	29 295,49 €	0,00 €	29 295,49 €	0,00 €
350 - Outras funções económicas	88 564,99 €	88 564,99 €	0,00 €	19 456,54 €
430 - Outras não especificadas	65 070,57 €	13 068,28 €	52 002,29 €	0,00 €

Uma primeira nota para destacar o volume de proveitos que foi possível apurar, neste ano de arranque. Como se pode observar para as áreas onde estamos obrigados a reportes de informação regulares às entidades de supervisão, no caso dos setores regulados (ERSAR) e no caso das áreas da Descentralização (DGAL) temos vindo a fazer um trabalho mais apurado e com isso podemos desde logo observar que são as áreas onde a informação disponibilizada é mais completa.

A função 111 continua a apresentar o maior volume de despesa, o que se deve principalmente aos "custos indiretos". Para este volume de despesa concorrem os custos relacionados com o pessoal associado a esta função, ou seja, os custos das remunerações de muitos dos colaboradores afetos à componente administrativa e técnica da Organização. Os outros "custos diretos" associados à função 111, incluem as depreciações dos imóveis e bens afetos diretamente à componente administrativa da organização, custos com energia ou prestações de serviços associados a esta área de atividade. Quanto aos proveitos associados à função, trata-se das receitas arrecadadas provenientes dos serviços administrativos facultados aos munícipes (inclui, por exemplo, as várias taxas "administrativas" cobradas pelo Serviço de Atendimento).

Seguidamente, em termos de volume de custos, aparece a função 331, onde se verifica um peso maior na componente “custos diretos”, que incluem, fundamentalmente, os custos das obras, por administração direta, de manutenção de arruamentos e estradas municipais, assim como, os custos com as depreciações das infraestruturas rodoviárias, incluindo também custos de energia de semáforos e parquímetros ou outras prestações de serviços relacionados com a função. A mão-de-obra direta diz respeito aos colaboradores registados nas folhas de obra, assim como as viaturas e máquinas, que realizaram obras por administração direta de manutenção e construção de estradas e arruamentos. Os materiais incluem, principalmente, emulsão betuminosa, britas, bago de arroz, areia, etc. Neste caso, os proveitos diretos registados prendem-se fundamentalmente com as verbas arrecadadas na atividade “transporte a pedido”, que, pelo seu enquadramento, estão associadas a esta função.

Quanto à função 251, os “custos diretos”, que englobam a maior parte dos gastos, abrangem, por exemplo, prestações de serviços relacionadas com a organização de eventos (Festival Islâmico, Feira da Caça, Festas da Vila, etc.), custos de energia dos núcleos museológicos e edifícios culturais (como a Biblioteca ou o Cineteatro), atividades da biblioteca, etc. Os “custos indiretos” associados a esta função resultam essencialmente das depreciações correspondentes a ativos afetos parcialmente à mesma, assim como, dos custos da mão-de-obra associada (pessoal que trabalha nos núcleos museológicos, animação cultural, biblioteca, etc.). Os proveitos diretos relacionados com a função 251 são, por exemplo, os valores arrecadados pela participação em eventos ou a receita da venda de ingressos nos Núcleos Museológicos.

No que se refere à função 211, nos “custos diretos” estão incluídos, por exemplo, os custos com energia, as prestações de serviços, os produtos para as refeições escolares, etc., mas também as depreciações dos imóveis e bens, afetos diretamente à função. Para os “custos indiretos” concorrem fundamentalmente os custos com pessoal não docente, afeto aos vários estabelecimentos escolares. Para esta função verifica-se o maior volume de proveitos diretos, na medida em que, são aqui afetadas as verbas que a DGAL transfere especificamente no âmbito das competências delegadas ao nível do ensino. O montante inclui igualmente as receitas com a venda das refeições escolares.

Relativamente à função 243, verifica-se um maior peso dos “custos diretos”, que incluem a componente em “alta” (gestão de ETARs pela AGDA), custos com energia, custos com os técnicos

que efetuam a manutenção das ETAR, custos com a realização de análises laboratoriais, depreciações, etc., assim como, a construção de sistemas de saneamento básico por administração direta (destaca-se a obra do Azinhal). A mão-de-obra direta são os gastos com os trabalhadores associados às folhas de obra, assim como, as viaturas e máquinas, para a reparação e construção de redes ou ramais. Os materiais incluem, por exemplo, tudo o que sai de armazém para a construção ou reparação de redes e ramais. Nesta situação, os proveitos diretos derivam essencialmente da faturação mensal aos utentes dos serviços regulados, sendo que nesta função são reconciliadas as receitas das tarifas correspondentes ao saneamento básico (tarifa fixa e tarifa variável).

Para a função 244, e designadamente para os montantes registados em "custos diretos", concorrem, por exemplo, os custos com a componente em "alta" (compra de água à AGDA), custos com energia, custos com os prestadores de serviços que efetuam a manutenção das ETA e Reservatórios, custos com a realização de análises laboratoriais, depreciações, etc. A mão-de-obra direta inclui os gastos com os trabalhadores associados às folhas de obra, assim como, as viaturas e máquinas, para a reparação e construção de redes ou ramais. Os materiais incluem, por exemplo, tudo o que sai de armazém para a construção ou reparação de redes e ramais. Sublinha-se que o valor dos "custos indiretos" é negativo por resultar de uma regularização contabilística na conta 62162. Ao exemplo do que ocorre na função 243, também aqui os proveitos diretos advêm basicamente da faturação mensal aos utentes dos serviços regulados, sendo que nesta função são reconciliadas as receitas das tarifas correspondentes ao abastecimento de água (tarifa fixa e tarifa variável).

A Função 245, inclui os custos da recolha e tratamento em alta dos RU (custos de combustível, reparação de viaturas, tratamento de resíduos em alta pela Resialentejo, etc.), apresenta igualmente um considerável montante de proveitos diretos, já que se trata da terceira componente da faturação mensal aos utentes dos serviços regulados (tarifas fixa e variável, correspondentes à recolha e tratamento de RU).



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZ EIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

À Exma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Largo Luís de Camões

7750-329 MÉRTOLA

Lisboa, 19 de abril de 2024

Assunto: *MUNICÍPIO DE MÉRTOLA*

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA – 2.º SEMESTRE DE 2023

Exm^{os} Senhores,

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junto remetemos informação sobre a situação económica e financeira do Município, referente ao 2.º Semestre de 2023.

Sem mais de momento, sempre ao v/dispor para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Atentamente

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Exm^{os}. Senhores

PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 2.º SEMESTRE DE 2023 -

INTRODUÇÃO

Para os efeitos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira com referência ao segundo semestre de 2023 do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** (*Município*).

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO

É da responsabilidade do *Município*:

- a) a preparação de informação financeira histórica de acordo com o normativo contabilístico aplicável;
- b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, posição financeira ou resultados do Município.

RESPONSABILIDADES DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A nossa responsabilidade consiste em remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económica e financeira, baseada nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

ÂMBITO

Procedemos ao exame das contas do Município relativas ao ano de 2023, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Os trabalhos visaram a verificação da integridade das contas, a análise da aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte, bem como a emissão do parecer sobre as contas do exercício, nomeadamente sobre a execução orçamental, o balanço e a demonstração de resultados e anexos às demonstrações financeiras exigidas por lei.

Em consequência do exame efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de hoje, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

O presente relatório refere de uma forma desenvolvida os trabalhos realizados, metodologias utilizadas, apreciações efetuadas, conclusões extraídas e recomendações.

TRABALHO EFETUADO

No decurso do nosso trabalho efetuámos, com base em critérios de amostragem, diversos procedimentos e verificações ao controlo interno e à informação financeira que nos foi disponibilizada, nos quais destacamos:

- A. Análise económica e financeira (Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica e financeira e análise de rácios – análise de contas de balanço e de resultados);
- B. Execução Orçamental (Verificação e análise dos valores orçamentados com os valores executados);
 - Equilíbrio orçamental
 - Indicadores orçamentais
 - Ordens de pagamento
 - Guias de receita
 - Fundos disponíveis
 - Mapa de dívidas a terceiros
- C. Nível de endividamento;
- D. Contratação pública
- E. Sistema de Controlo Interno
- F. Contabilidade de gestão

- G. Acompanhamento das situações evidenciadas na certificação legal das contas de 2022; e
H. Recomendações e comentários finais decorrentes do trabalho efetuado.

Em consequência do trabalho efetuado, emitimos a presente informação:

1. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

1.1. DESEMPENHO ECONÓMICO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Gastos e Rendimentos	31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos						
Transferências e subsídios concedidos	1 957 014	9,8%	1 886 100	10,8%	70 914	3,8%
Custo das merc. vendidas e mat. Consumidas	1 152 266	5,8%	1 061 665	6,1%	90 601	8,5%
Fornecimentos e serviços externos	5 474 833	27,3%	4 651 416	26,6%	823 417	17,7%
Gastos com pessoal	6 655 601	33,2%	5 703 128	32,6%	952 473	16,7%
Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-	0,0%	-	0,0%	-	N/A
Gastos de depreciação e de amortização	4 689 203	23,4%	3 996 083	22,8%	693 120	17,3%
Perdas por imparidade	-	0,0%	13 170	0,1%	(13 170)	-100,0%
Outros gastos	50 235	0,3%	163 770	0,9%	(113 535)	-69,3%
Juros e gastos similares suportados	54 040	0,3%	29 485	0,2%	24 555	83,3%
TOTAL	20 033 192		17 504 818		2 528 374	14,4%
Rendimentos						
Impostos, contribuições e taxas	936 179	5,2%	951 389	5,6%	(15 210)	-1,6%
Vendas	357 074	2,0%	325 911	1,9%	31 163	9,6%
Prestações de serviços e concessões	1 024 508	5,7%	942 856	5,6%	81 652	8,7%
Trabalhos para a própria entidade	461 410	2,5%	310 748	1,8%	150 662	48,5%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	-	0,0%	2 088	0,0%	(2 088)	-100,0%
Transferências e subsídios correntes obtidos	12 523 379	69,1%	12 154 015	71,7%	369 364	3,0%
Provisões (reversões)	-	0,0%	-	0,0%	-	N/A
Outros rendimentos	2 812 118	15,5%	2 258 196	13,3%	553 922	24,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	18 042	0,1%	-	0,0%	18 042	N/A
TOTAL	18 132 709		16 945 203		1 187 507	7,0%
Resultado Líquido	(1 900 482)		(559 615)		(1 340 867)	239,6%

Nos pontos seguintes, iremos analisar as principais rubricas de Gastos e Rendimentos:

1.1.1 GASTOS

É possível verificar através do quadro anterior que a rubrica com maior peso no total dos gastos é a de Gastos com pessoal seguido dos gastos com Fornecimentos e serviços externos tanto no período em análise como no período homólogo.

Em termos totais, os gastos contabilizados apresentaram um aumento de 2.528.374 euros em relação ao período homólogo, sendo a rubrica com maior aumento a de Gastos com pessoal, a qual iremos detalhar melhor na alínea c).

Nas alíneas seguintes iremos apresentar as rubricas de gastos com mais relevância:

a) Transferências e subsídios concedidos

O montante registado nesta rubrica respeita essencialmente a importâncias concedidas a título de transferências e subsídios a diversas entidades, ao abrigo de diversos programas de apoio, nomeadamente a:

Transferência e subsídios concedidos	31 de dezembro 2023		31 de dezembro 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Instituições sem fins lucrativos	906 677	46,3%	930 498	49,3%	-23 821	-2,6%
Bolsas	131 032	6,7%	102 937	5,5%	28 095	27,3%
Outros	408 195	20,9%	420 370	22,3%	-12 176	-2,9%
Famílias	28 567	1,5%	25 963	1,4%	2 604	10,0%
Ação social	120 591	6,2%	107 408	5,7%	13 183	12,3%
Associações de Municípios	43 548	2,2%	67 426	3,6%	-23 879	-35,4%
Freguesias	318 406	16,3%	231 498	12,3%	86 908	37,5%
TOTAL	1 957 014		1 886 100		70 914	3,8%

Salienta-se o aumento de 86.908 euros em relação ao período homólogo verificado nas Freguesias. Esta situação decorre sobretudo das transferências de capital concedidas no âmbito dos seguintes contratos:

- Construção e manutenção do parque intergeracional de Alves entre o Município e a Junta de Freguesia de Santana de Cambas (37.373 euros);

- Construção e manutenção do parque de lazer na escola primária de Corte do Pinto entre o Município e a Junta de Freguesia de Corte do Pinto (41.341 euros).

Com base na análise efetuada aos protocolos disponibilizados e a informação diversa que consta nas atas das reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, identificámos que o Município apenas regista o gasto quando procede ao seu pagamento à entidade beneficiária. Recomendamos que o Município reconheça o gasto no período a que respeita independentemente do seu pagamento, conforme o princípio da especialização.

b) Fornecimentos e serviços externos

Em baixo são apresentadas as principais sub-rubricas, as quais representam cerca de 54,7% do total da rubrica de *Fornecimentos e serviços externos*:

Fornecimentos e serviços externos	31 de dezembro 2023		31 de dezembro 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos	328 468	6,0%	283 033	6,1%	45 435	16,1%
Outros subcontratos ou parcerias	97 403	1,8%	135 877	2,9%	-38 474	-28,3%
Trabalhos especializados	1 579 891	28,9%	1 391 947	29,9%	187 944	13,5%
Conservação e reparação	283 755	5,2%	309 255	6,6%	-25 500	-8,2%
Eletricidade	239 192	4,4%	158 502	3,4%	80 690	50,9%
Rendas e alugueres	465 947	8,5%	506 619	10,9%	-40 672	-8,0%
sub-total	2 994 656	54,7%	2 785 233	59,9%	209 423	7,5%
Outros n/ decompostos	2 480 177	45,3%	1 866 183	40,1%	613 994	32,9%
TOTAL	5 474 833		4 651 416		823 417	17,7%

Dos gastos acima apresentados e respetivas variações destacam-se:

- Aumento de 187.944 euros em trabalhos especializados explicado maioritariamente por gastos relacionados com atividades culturais, espetáculos e concertos;
- Aumento de 80.690 euros em eletricidade uma vez que em 2022 o Município dedicou-se à substituição das várias luminárias por outras mais eficientes fazendo com que os gastos desta natureza diminuíssem de forma generalizada nesse ano;

No que respeita aos “*Outros n/ decompostos*” salientam-se as seguintes variações:

- Aumento de 59.991 euros no registo dos autoconsumos de água;
- Aumento de 122.054 euros referente a material de educação, cultura e recreio nomeadamente para a Galeria da Biodiversidade;

- Aumento de 62.201 euros em honorários para colmatar a saída de colaboradores do quadro de pessoal e pela dificuldade no recrutamento especializado.

c) Gastos com pessoal

Os *Gastos com pessoal* representam 33,2% do total dos gastos contabilizados pelo Município, sendo a rubrica com maior peso bem como a que registou um maior aumento em 2023.

Gastos com pessoal	31 de dezembro 2023		31 de dezembro 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	209 335	3,1%	185 844	3,3%	23 491	12,6%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	50 886	0,8%	49 778	0,9%	1 108	2,2%
Remunerações do pessoal	4 846 663	72,8%	4 126 924	72,4%	719 740	17,4%
Encargos sobre remunerações	1 261 783	19,0%	1 078 154	18,9%	183 629	17,0%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	44 352	0,7%	47 764	0,8%	-3 413	-7,1%
Outros	242 583	3,6%	214 664	3,8%	27 918	13,0%
TOTAL	6 655 601		5 703 128		952 473	16,7%

Esta situação decorre sobretudo de:

- Aumento do nº de colaboradores. Em dezembro de 2023 o nº de trabalhadores totaliza 304 enquanto em dezembro de 2022 o nº de trabalhadores era de 281.
- Aumento generalizado dos salários. O Decreto-Lei n.º 84-F/2022 já previa um aumento dos salários para o ano de 2023 e em 2023 o Decreto-Lei n.º 108/2023 veio estabelecer novos aumentos para 2024 que vão desde 52,6 a 198,6 euros.

O acréscimo de remunerações a pagar em 2024 já contempla esta atualização salarial verificando-se um aumento de 156.351 euros face ao período homólogo.

Observámos que é procedimento do Município registar o gasto com os encargos da entidade patronal, respeitantes ao processamento salarial, no período em que os mesmos são pagos. Com efeito, quer os gastos, quer a posição da obrigação não ficam registados nos períodos apropriados. Apesar de em 31 de dezembro a situação ter sido corrigida, recomendamos que os gastos com os encargos da entidade patronal sejam refletidos no mês do processamento salarial.

d) Gastos de depreciação e de amortização

Os *Gastos de depreciação e de amortização* representam 23,4% do total dos gastos contabilizados pelo Município em 2023 e registaram um aumento de cerca de 693 milhares de euros, em relação ao período homólogo, consequência das adições do exercício e das obras em curso transferidas para firme.

1.1.2 RENDIMENTOS

Conforme é possível verificar através da demonstração de resultados, a rubrica com maior peso no total dos rendimentos são as Transferências e subsídios correntes obtidos, tanto no período em análise como no período homólogo.

Nas alíneas seguintes iremos apresentar as rubricas de rendimentos com mais relevância:

a) Impostos, contribuições e taxas

Desta rubrica salientam-se os seguintes saldos:

Impostos, contribuições e taxas	31 de dezembro 2023		31 de dezembro 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Imposto municipal sobre imóveis	505 529	54,0%	487 302	51,2%	18 227	3,7%
IUC - Famílias	157 657	16,8%	146 981	15,4%	10 676	7,3%
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	137 782	14,7%	250 177	26,3%	-112 395	-44,9%
sub-total	800 968	85,6%	884 460	93,0%	-83 492	-9,4%
Outros n/ decompostos	135 211	14,4%	66 929	7,0%	68 282	102,0%
TOTAL	936 179		951 389		-15 210	-1,6%

Verifica-se uma diminuição de 112.395 euros no IMT. A partir de junho de 2023 todas as guias de IMT tinham o valor líquido de 0 euros e incluíam um valor de reembolsos emitidos de 695.683 euros e um valor de créditos prescritos. O Município voltou a receber IMT a partir de abril de 2024.

b) Transferências e subsídios correntes obtidos

A rubrica de transferências e subsídios correntes obtidos é a que tem maior peso no total de rendimentos tanto no período em análise (69,1%), como no período homólogo (71,7%).

Apresenta-se abaixo o seu detalhe:

Transferências e subsídios correntes obtidos	31 de dezembro 2023		31 de dezembro 2022		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Transferências do orçamento de estado	10 810 100	86,3%	10 986 239	90,4%	-176 139	-1,6%
Outras transferências correntes	1 666 333	13,3%	1 062 483	8,7%	603 850	56,8%
Subsídio ao produto	46 945	0,4%	105 293	0,9%	-58 348	-55,4%
TOTAL	12 523 378		12 154 015		369 363	3,0%

O aumento das outras transferências correntes diz respeito maioritariamente aos valores transferidos pela DGAL no âmbito das transferências de competências - Lei n.º 50/2018. Em 2023 o Município passou a ter não só a competência da educação, mas também a competência da ação social.

c) Outros rendimentos

Os *Outros rendimentos* representam 15,5% do total dos rendimentos contabilizados pelo Município em 2023 e registaram um aumento de cerca de 553 milhares de euros, em relação ao período homólogo, decorrente sobretudo dos seguintes efeitos:

- Aumento no valor reconhecido de subsídios ao investimento (290.477 euros)
- Registo de uma correção relativa a períodos anteriores no que refere às depreciações do ativo “Saneamento da Mina de S. Domingos” (470.758 euros). Identificou-se que o bem não estava a ser depreciado de acordo com a vida útil definida no Classificador Complementar 2.

1.2. DESEMPENHO FINANCEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Nas alíneas seguintes iremos analisar as rubricas de balanço com maiores variações e/ou com situações a reportar:

a) Ativo Fixo Tangível

O *Ativo fixo tangível* apresenta um valor total líquido de depreciações de 72.415.581 euros, sendo o valor bruto de 127.324.541 euros.

Ativos fixos tangíveis	31 de dezembro 2023	31 de dezembro 2022	Variação	
			Valor	%
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	60 999 823	56 403 926	4 595 896	8,1%
Terrenos e Recursos Naturais	9 787 713	9 191 056	596 657	6,5%
Edifícios e Outras Construções	33 666 041	23 928 917	9 737 124	40,7%
Equipamento Básico	7 895 466	6 813 269	1 082 197	15,9%
Equipamento de Transporte	3 947 090	3 486 283	460 807	13,2%
Equipamento Administrativo	2 372 698	2 088 516	284 182	13,6%
Outros ativos fixos tangíveis	1 420 699	1 204 243	216 456	18,0%
Depreciações acumuladas	-54 908 960	-50 807 287	-4 101 673	8,1%
Ativos fixos tangíveis em curso	7 235 011	4 712 178	2 522 833	53,5%
TOTAL	72 415 581	57 021 102	15 394 479	27,0%

No período em causa ocorreram adições no valor de 19.556.311 euros e transferências de ativos em curso para firme no valor de 8.571.373 euros.

Das adições do exercício destacam-se as seguintes:

- 3.608.460 euros referente à avaliação ocorrida em 2023 às infraestruturas de abastecimento de água e água residuais;
- 840.715 euros referente a obras por administração direta;
- 2.806.113 euros referente aos bens inventariados da Escola EB 2,3/ES de S. Sebastião bem como o seu edifício, no âmbito da descentralização de competências da educação;
- 431.254 euros referente à aquisição de 9 viaturas, na sua maioria viaturas ligeiras e pesadas de mercadorias das quais 1 trator agrícola;

Conforme referido em cima, as adições do exercício incluem a avaliação efetuada por um avaliador externo às infraestruturas já existentes de abastecimento de água e água residuais. De acordo com a NCP 5 um ativo fixo tangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente pelo seu custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Em algumas circunstâncias, de acordo com o parágrafo 34 da NCP 5, os ativos fixos tangíveis podem ser objeto de revalorização de acordo com critérios e parâmetros a definir em dispositivo legal adequado. Verifica-se que a avaliação efetuada não seguiu critérios e parâmetros de nenhum dispositivo legal que tenha sido emitido sobre esta matéria, seguindo assim critérios e pressupostos que não coincidem com os princípios estabelecidos no SNC-AP.

Das transferências para firme destacam-se as seguintes:

- 6.140.878 euros referente ao Lar de São Miguel do Pinheiro;
- 1.031.872 euros referente à Requalificação "Casa Cor de Rosa" - Hammam e Casa Chá.

No que respeita à conta de *Ativos fixos tangíveis em curso* aumentou 2.522.833 euros face ao período homólogo.

Apresentam-se abaixo os principais ativos que constituem esta sub-rubrica:

Descrição do ativo	Data início	Adições	Ativo em 31/12/2023
Centro de Patrimónios e Galeria da Biodiversidade do Vale do Guadiana	01/01/2020	1 537 762	1 784 068
Infraestruturas Rodoviárias na localidade de Mina de São Domingos	01/01/2020	571 063	758 175
Centro de Valorização e Transferência Tecnológica/ Estação Biológica de Mértola	16/08/2022	2 051 735	2 723 351
Repavimentação de Estradas Municipais - EM 514 (1ª Fase Fernandes - Corte Sines) 2ª Fase	06/03/2023	617 458	617 458
Total		4 778 018	5 883 052

Para efeitos de controlo mais eficiente do *Ativo fixo tangível* consideramos que:

- Ao nível do registo dos imóveis no Sistema SNP, verifica-se que nem sempre se encontra disponível a informação relativa ao artigo matricial devidamente conciliada com a listagem da propriedade dos imóveis obtida no portal das Finanças. A implementação de procedimentos sistemáticos de conciliação permitiria uma rápida identificação dos imóveis, para confronto entre estas fontes de dados. Esta identificação deverá ainda ser efetuada não só para as novas aquisições, como também para os terrenos e edifícios já registados em sistema;
- Periodicamente deverão proceder ao confronto das viaturas registadas no equipamento de transporte com a listagem dos automóveis registados no Site da Autoridade Tributária, de modo a validar se existem divergências. Caso existam, dever-se-á proceder aos ajustamentos que se mostrem necessários.

A implementação destas medidas permitirá um controlo mais rigoroso do *Ativo fixo tangível*, bem como a obtenção de informação tempestiva e atual a qualquer momento.

Conforme tem vindo a ser divulgado em relatórios anteriores, o processo de inventariação do ativo fixo tangível do Município, incluindo os bens de domínio público, encontra-se por concluir, não se podendo confirmar o valor

inscrito no balancete. Não obstante, temos vindo a acompanhar os aumentos verificados nesta rubrica, nomeadamente os documentos comprovativos das aquisições registadas no ano em análise. No âmbito deste processo, o Município identifica contratos de concessão em vigor não possuindo informação atualizada sobre os ativos de concessão associados que permita o reconhecimento dos mesmos nas demonstrações financeiras. Face às situações descritas não é possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, incluindo as amortizações acumuladas e subsídios ao investimento.

b) Participações financeiras

O Município detém 98% do capital social da Fundação Serrão Martins e o Presidente do Conselho de Administração da Fundação, de acordo com os seus estatutos, é nomeado pelo Município. As contas de 2020 da Fundação Serrão Martins ainda não se encontram encerradas. Assim, a valorização atual da participação, de 390.051 euros, não reflete os valores mais apropriados.

c) Outras Contas a receber e Outras contas a pagar

Apresentamos no quadro abaixo as principais rubricas que compõem as Outras Contas a Receber e as Outras Contas a Pagar, à data de 31 de dezembro de 2023:

Rubrica	Saldo Devedor	Saldo Credor
Devedores e credores por acréscimos	636 708	934 976
Outros Devedores e credores	45 365	224 698
Cauções		50 132
Credores por subscrições não liberadas	-	25 253
Perdas por imparidade acumuladas	(44 316)	-
TOTAL	637 756	1 235 060

No que respeita aos saldos devedores, importa salientar que o montante de 636.708 euros inclui um acréscimo de rendimentos no montante de 447.722 euros referente ao IMI de 2023 a receber em 2024.

No que respeita aos saldos credores importa salientar o montante de 934.976 euros, que inclui 828.399 euros respeitantes à estimativa de remunerações a liquidar em 2024.

No sentido de melhorar a especialização dos resultados ao longo do exercício, sugerimos que os encargos com férias e subsídio de férias do exercício sejam contabilizados mensalmente por duodécimos. A regularização dos montantes especializados em exercícios anteriores deverá ser efetuada no momento do respetivo pagamento.

No que se refere aos outros acréscimos, verificámos também que continua a não existir um procedimento mensal de reconhecimento de acréscimos de rendimentos e de gastos, sendo esse procedimento executado apenas no final de cada exercício. Recomendamos que o procedimento de apuramento, registo e análise dos acréscimos de rendimentos e gastos seja efetuado de forma mensal.

d) Diferimentos

À data de 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Rendimentos a reconhecer apresenta um saldo 2.071.834 euros, que respeita a subsídios ao investimento obtidos, sem contraprestação, mas condicionados à execução de obras. No decurso do exercício foi recebido o valor de 5.008.760 euros e foi transferido para a rubrica de Outras variações no património líquido o valor de 4.566.407 euros.

e) Fundos Próprios

Apresentam-se abaixo as variações que se salientam relativamente aos fundos próprios:

- A rubrica de *Património/Capital* aumentou 3.608.460 euros por via do registo referente à avaliação ocorrida em 2023 às infraestruturas de abastecimento de água e água residuais;
- A rubrica de *Outras variações no património líquido* aumentou por via de:
 - Transferências de capital do Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro e as previstas no art.º 35.º da Lei 73/2013).
 - Subsídios ao investimento recebidos ao longo dos anos por diversos programas de financiamento, a ser reconhecidos na demonstração de resultados do exercício na cadência das depreciações/amortizações dos respetivos ativos financiados.
 - Registo de bens no âmbito da descentralização de competências da educação considerados transações sem contraprestação no valor de 2.806.113 euros.

f) Estado e outros entes públicos

Conforme já mencionado em relatórios anteriores, é procedimento do Município registar o gasto com os encargos da entidade patronal, respeitantes ao processamento salarial, no período em que os mesmos são pagos. Com efeito, quer os gastos quer a posição da obrigação não ficam registados nos períodos apropriados. Sugerimos que o Município proceda à alteração do modo de contabilização, passando a reconhecer os gastos com os encargos da entidade patronal no período do processamento salarial. Os registos contabilísticos seriam: débito da conta #63x – *Gastos com pessoal*, por crédito da conta #245x – *Segurança Social* (no período do processamento) e débito da conta #245 x – *Segurança Social* por crédito da conta #12x - *Depósitos à ordem* (no momento do pagamento).

g) Financiamentos obtidos

No que respeita à rubrica de *Financiamentos obtidos* verifica-se um aumento de 2.170.019 euros por via de 3 novos contratos de financiamento com o Banco Europeu de Investimento. Estes empréstimos tiveram como objetivo financiar as obras do Lar S. Miguel do Pinheiro, Estação Biológica de Mértola e Galeria da Biodiversidade, ascendendo em 31 de dezembro de 2023, respetivamente, a 1.889.699 euros, 1.331.767 euros e 297.341 euros.

h) Análise de rácios

Rácio	Fórmulas	31/12/23	31/12/22	Δ
Autonomia financeira	Patrim. Líquido/Ativo	90%	93%	-3%
Solvabilidade	Patrim. Líquido/Passivo	904%	1341%	-437%
Liquidez geral	Act. corrente./ Pass. corrente.	292%	406%	-115%
Prazo médio pagamento (PMP)	(Fornecedores/((Compras+IVA) + (FSE+IVA))*365	17	18	-0,81

A Autonomia Financeira reflete a solidez financeira e a capacidade do Município para cumprir as suas obrigações não correntes. A mesma representa a percentagem dos ativos totais do Município financiados pelo Património Líquido. Quanto maior for o seu valor, menor é o peso do passivo no financiamento dos ativos. O indicador apresentado reflete uma forte autonomia financeira por parte do Município, que se tem mantido nos mesmos valores em 2022 e 2023.

A Solvabilidade traduz a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. O conceito de solvabilidade contrapõe-se ao de liquidez, assumindo este último uma visão de curto prazo e a

solvabilidade uma perspetiva de médio-longo prazo. O indicador apresentado, superior a 100%, traduz uma situação financeira bastante estável.

O rácio de Liquidez Geral evidencia, em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em “liquidez” no prazo de um ano. O ativo corrente do Município cobre o passivo corrente em cerca de 292% a 31 de dezembro de 2023, em comparação com 406% no período homólogo.

O Prazo Médio de Pagamentos é o rácio que mede a celeridade (em dias) com que o Município paga as suas dívidas aos fornecedores e outros credores. A 31 de dezembro de 2023 o PMP é de 17 dias, tendo registado uma ligeira melhoria em relação a 31 de dezembro de 2022, que era de 18 dias.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 28.552.499 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 68%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa				
Código Rubrica Orçamental	Classificações orçamentais detalhadas	Dotações corrigidas	Despesas pagas líquidas de reposições	Grau de Execução
D1	Despesas com o pessoal	6 901 721	6 484 105	94%
D2	Aquisição de bens e serviços	8 399 227	5 900 217	70%
D3	Juros e outros encargos	83 000	49 123	59%
D4	Transferências correntes	2 098 624	1 613 942	77%
D5	Subsídios	65 982	31 911	48%
D6	Outras despesas correntes	126 845	65 938	52%
	Total das Despesas Correntes	17 675 398	14 145 236	80%
D7	Investimento	22 371 822	13 107 993	59%
D8	Transferências de Capital	902 770	490 481	54%
D9	Outras Despesas de Capital	-	-	N/A
D10	Despesa com ativos financeiros	850 000	808 788	95%
D11	Despesa com passivos financeiros	1 000	-	0%
	Total das Despesas de Capital	24 125 591	14 407 263	60%
	Total	41 800 990	28 552 499	68%

A análise da despesa deve ter em consideração que o respetivo volume está condicionado pelo nível de execução da receita, pelo que deverá ser ponderada essa situação.

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa a 2023, apresentamos as conclusões mais relevantes:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Aquisição de bens e Serviços* (41,71%) e as *Despesas com pessoal* (45,84%).
- A rubrica *Investimento*, apresenta um grau de execução de 59%, em 2023 enquanto em 2022 apenas tinha tido uma execução de 28,27%. A despesa executada nesta rubrica teve um aumento de 9.124.156 euros face ao período homólogo.

De referir ainda que as despesas comprometidas totalizavam 35.155.757 euros correspondentes a 84% do orçamento de despesa.

No que se refere à execução orçamental da despesa, segue-se o montante dos compromissos totais assumidos e que se encontram por pagar:

Resumo da Execução Orçamental	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Dotação orçamental não comprometida *	Compromissos a transitar
Total da Despesa Corrente	17 675 398	15 507 162	2 168 236	3 407 744
Total da Despesa de Capital	24 125 591	19 648 595	4 476 996	10 337 508
Total	41 800 989	35 155 757	6 645 232	13 745 252

*Dotação orçamental não comprometida (diferença entre as Dotações corrigidas e os Compromissos assumidos)

Na sequência da análise ao mapa da execução orçamental da despesa apresentado pelo Município, concluímos que o montante dos compromissos que se encontram por pagar em 31 de dezembro de 2023 representa cerca de 39% dos compromissos assumidos para o ano em análise.

Verificámos também que a dotação orçamental não comprometida corresponde a 6.645.232 euros e representa 16% do valor total orçamentado.

2.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 38.323.088 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 92%. Em resumo apresentamos o seguinte quadro:

Controlo Orçamental da Receita				
Código	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas cobradas líquidas	Grau de Execução
R1	Receita fiscal	896 484	884 306	99%
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	N/A
R3	Taxas, multas e outras penalidades	57 977	126 304	218%
R4	Rendimentos de propriedade	520 633	503 724	97%
R5	Transferências e subsídios correntes	12 807 176	12 521 597	98%
R6	Venda de bens e serviços	1 196 620	1 278 274	107%
R7	Outras receitas correntes	47 848	65 767	137%
	Total das Receitas Correntes	15 526 738	15 379 972	99%
R8	Venda de bens de investimento	40 003	62 799	157%
R9	Transferências e subsídios de capital	10 387 789	7 600 049	73%
R10	Outras receitas de capital	2	-	0%
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	1	2 703	270300%
R12	Ativos financeiros	1 200	274	23%
R13	Passivos financeiros	4 086 773	3 518 807	86%
	Total das Receitas Capital	14 515 768	11 184 632	77%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	11 758 484	11 758 484	100%
	Total	41 800 990	38 323 088	92%

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- as Receitas Correntes registaram em 2023 uma execução de 99%, apresentando uma melhoria face a 2022 cujo grau de execução foi de 91%;
- as Receitas de Capital, registaram em 2023 uma execução de 77%, contribuindo principalmente para isso, a percentagem de execução das *Transferências e subsídios de capital* no valor de 73%. Ainda assim, verifica-se uma melhoria face a 2022 em que o grau de execução foi de 46%.

2.3. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

Em termos de valores totais o Município apresenta um Superavit orçamental geral, conforme quadro seguinte:

Resumo Mapa de Controlo Orçamental	Orçamentado	Realizado	Grau Exec.
Total das Receitas orçamentais	41 800 990	38 323 088	91,68%
Total das Despesas orçamentais	41 800 990	28 552 499	68,31%
Superavit orçamental geral		9 770 589	

No que respeita ao equilíbrio orçamental, nos termos do princípio definido na Lei 73/2013 (receitas cobradas correntes – despesas correntes – amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo), verifica-se que em 31 de dezembro de 2023 o Município encontra-se em equilíbrio.

2.4. INDICADORES ORÇAMENTAIS

Indicadores orçamentais	31/12/2023	31/12/2022	Variação %
Grau de Execução Orçamental da receita	92%	85%	6,68%
Grau de Execução Orçamental da despesa	68%	51%	17,31%
Saldo global	9 770 589	11 758 484	(1 987 895)
Saldo corrente	1 234 736	2 216 691	(981 955)
Saldo de capital	-6 741 712	-1 369 261	(5 372 451)

Verifica-se uma melhoria tanto no grau de execução da despesa e da receita face ao ano anterior. Salienta-se a variação do saldo de capital por via da execução da rubrica *D7 – Investimento* que e 2023 foi de 13.107.993 euros.

3. NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO

De acordo com o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais) a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as entidades enquadradas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 o Município cumpria o referido limite.

4. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Município, enquanto Entidade adjudicante ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 2º do Código dos Contratos Públicos (CCP), está obrigado ao cumprimento do Código em matéria de contratação pública, designadamente, na aquisição de bens e serviços e nas empreitadas e obras públicas.

Procedemos à análise de uma amostra de procedimentos de contratação adjudicados no exercício e não identificámos situações de exceção.

5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas determina, no seu artigo 9º, a existência de um sistema de controlo interno que deve *“englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação orçamental e financeira fiável.”*

Realçamos, neste âmbito, que se mantém em vigor o ponto 2.9 do POCAL, relativo ao sistema de controlo interno, o qual reveste carácter obrigatório, sendo recomendável a atualização do sistema de controlo interno do Município, em conformidade com as disposições em vigor. Neste seguimento o Município reviu e atualizou em 2023 a sua Norma de Controlo interno. No entanto, o sistema de controlo interno do Município deve incluir controlos preventivos, detetivos, e corretivos que permitam dar resposta aos riscos de fraude e de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O sistema de controlo interno do Município deverá ser revisto e atualizado por forma a fazer face às suas necessidades atuais, bem como à exigência decorrente do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece o regime geral de prevenção da corrupção.

Ainda nos termos da legislação referida no parágrafo anterior, deve o Município adotar e implementar um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

Recomenda-se ainda que seja implementado um processo de monitorização com a apresentação de um plano de auditoria, pelo menos anual, com o objetivo de examinar e avaliar a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno do Município.

6. CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 – Contabilidade de Gestão, veio aumentar a exigência das divulgações relacionadas com o sistema de contabilidade de custos.

Verificamos que o Município não utiliza, no seu pleno, a contabilidade de gestão, pelo que recomendamos que seja complementado o atual sistema de contabilidade de gestão, conforme preconizado na NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Esta deve permitir a obtenção de mapas de informação indicando o custo direto e indireto, com o respetivo rendimento associado (quando aplicável) por cada bem produzido ou serviço prestado, por cada função, unidade ou departamento ou atividade e por cada bem ou serviço pelo qual é praticado um preço ou cobrada uma taxa, conforme previsto no parágrafo 37 da referida NCP.

7. ACOMPANHAMENTO DAS SITUAÇÕES EVIDENCIADAS NA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Tendo como base o trabalho de auditoria realizado às contas de 2023 do Município, apresentamos resumidamente as conclusões relativas ao acompanhamento das situações apresentadas na Certificação Legal das Contas do Município de Mértola referente ao ano de 2022:

Reservas	Situação em 2023
O processo de inventariação do Ativo Fixo Tangível do Município, incluindo os bens de domínio público, encontra-se por concluir. No âmbito deste processo, o Município identificou dois contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais o Município não obteve dos Concessionários a informação detalhada sobre os ativos de concessão, apesar das várias diligências efetuadas até à presente data. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam ao Município proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Adicionalmente, no âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e respetivos diplomas setoriais, foram transferidas para o Município competências em diversas áreas como por exemplo, a área da educação. No âmbito das referidas transferências de competências foram também transferidos para a titularidade do Município determinados equipamentos que ainda estão pendentes de inventariação e registo por limitação à informação disponível. Face às situações descritas não é possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, incluindo as amortizações acumuladas e subsídios ao investimento, o que constitui uma limitação ao nosso exame.	Durante ao ano de 2023 foi concluído o processo de inventariação e registo dos bens relativos à transferência de competências na área da educação. No entanto, além desta situação, as limitações indicadas mantêm-se em 31 de dezembro de 2023.

Entendemos que os procedimentos efetuados e a prova obtida proporcionam uma base aceitável para a nossa conclusão.

8. RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS DECORRENTES DO TRABALHO EFETUADO

Dadas as matérias tratadas neste relatório e ao trabalho de campo desenvolvido, recomenda-se aos Serviços a adoção das seguintes medidas:

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património dos bens do imobilizado do Município e ao seu correto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais atualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser atualizadas as depreciações de todos os bens e respetivas imputações de subsídios;
- Relativamente às obras em curso incluídas no Ativo Fixo Tangível, recomendamos a continuação do trabalho realizado no decorrer dos exercícios anteriores, devendo ser efetuado um levantamento exaustivo dessas empreitadas de modo a averiguar se estão concluídas ou se estão prontas a ser utilizadas. A partir do momento em que uma obra passa a ter utilização, deverá ser transferida para imobilizado firme e devem ser calculadas as respetivas depreciações.
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.
- Deve ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 – Contabilidade de Gestão.
- O princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade ao longo do exercício. O Município deve criar mecanismos para garantir o cumprimento do princípio da especialização de forma regular ao longo do exercício.

9. NOTA FINAL

Gostaríamos de agradecer a colaboração prestada por todos os Funcionários dos Serviços do Município, não só pela celeridade na apresentação da documentação solicitada, como também pelos esclarecimentos prestados.

Lisboa, 19 de abril de 2024
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 85.298.722 euros e um total de património líquido de 76.803.978 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.900.482 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

O processo de inventariação do ativo fixo tangível da Entidade, incluindo os bens de domínio público, encontra-se por concluir. No âmbito deste processo, conforme referido na nota 4 do anexo, a Entidade identificou contratos de concessão de serviços no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, relativamente aos quais não obteve a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Na ausência da referida informação, não foram reunidas as condições necessárias que permitam à Entidade proceder com rigor e fiabilidade ao cadastro dos ativos de concessão e à sua respetiva mensuração e valorização conforme preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Adicionalmente, a rubrica de Ativo fixos tangíveis inclui a valorização da rede de abastecimento de águas e de sistema de saneamento, realizada no decurso do exercício, com base em princípios não consonantes com o preconizado na NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Face às situações descritas não é possível confirmar a adequação dos valores registados contabilisticamente, incluindo as amortizações acumuladas e subsídios ao investimento, o que constitui uma limitação ao nosso exame.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de atividades e contas nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades e contas com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 38.323.088 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 28.552.499 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" e quanto à não divulgação da plenitude da informação prevista no parágrafo 34 e 37 da NCP 27 - Contabilidade de Gestão, somos de parecer que o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de abril de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GREINHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MANUELA GUERRA OLIVEIRA
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

À Assembleia Municipal,

1. Nos termos dos artigos 76.º e 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cumpre ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2023.
2. Durante o exercício, o Revisor Oficial de Contas procedeu, nomeadamente, às verificações e análises que considerou convenientes e apreciou as contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA**. Para o efeito, recebeu da **CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA** todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
3. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão e completado o exame, nomeadamente sobre a execução orçamental e as demonstrações financeiras e seus anexos exigidos por lei, com vista à sua certificação legal.
4. **Parecer**

Face ao exposto, o Revisor Oficial de Contas é de parecer que os documentos de prestação de contas do **MUNICÍPIO DE MÉRTOLA** referentes ao exercício de 2023, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.

5. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à **CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA** e aos seus Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 19 de abril de 2024

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266
Registado na CMVM sob o n.º 20160877

8/2024

CÓPIA AUTÊNTICA DE PARTE DA
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024 -

----- Aos dezassete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mértola, encontrando-se presentes os senhores: Mário José Santos Tomé, Rosinda Maria Freire Pimenta, Luís Miguel Braz Morais Costa, Luís Miguel Cavaco dos Reis e António José Guerreiro Cachoupo, nas qualidades, respetivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Mértola. -----

1.- ABERTURA DA REUNIÃO: - Encontrando-se presente a totalidade dos membros, da Câmara, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião eram 17:05horas.

2.- FALTAS: Não se registaram faltas. -----

9.- FINANÇAS E CONTABILIDADE: -----

9.3. - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023: -----

Apresentação

O ano 2023 foi, como se perspectivava, um ano em que foi possível assistir à conjugação de duas vertentes muito importantes do trabalho autárquico, a capacidade de projetar e contratualizar investimento e a sua execução efetiva. Foi de facto possível, em 2023, uma combinação de circunstâncias e de acontecimentos que influenciaram de forma determinante o maior volume de investimento concretizado num só exercício económico. De forma a ter uma perceção real do volume de investimento realizado, podemos dizer que o valor executado em 2023, na ordem dos treze milhões de euros, equivale ao valor acumulado referente aos últimos três anos anteriores -----

Foi um ano a todos os níveis, excecional, e que se destaca neste indicador em concreto de forma muito acentuada. Os valores mais elevados, registados nos últimos 15 anos, foram, cerca de seis milhões de euros, em 2009 e em 2017. -----

Os principais investimentos executados no ano, prendem-se com as seguintes ações: *Lar de São Miguel do Pinheiro*, cerca de quatro milhões e meio de euros; *Centro de Patrimónios, Galeria da Biodiversidade e Reservas do Museu*, cerca de um milhão e meio de euros; *Estação Biológica de Mértola*, cerca de dois milhões de euros; *Parque de Autocaravanas em Mina de São Domingos*, cerca de duzentos mil euros; *Mercado da Mina de São Domingos*, cerca de quatrocentos mil euros; *Pavimentação de diversas Estradas*, cerca de um milhão de euros; *Aquisição de máquinas e viaturas*, cerca de um milhão de euros. -----

Dando continuidade à estratégia definida no ano anterior, em 2023 continuamos a assistir ao reforço do quadro de pessoal, em áreas específicas, no sentido de dotar a Autarquia dos recursos humanos necessários à implementação da estratégia municipal. O reforço mais significativo verificado, prende-se com a área operacional, com o recrutamento de 20 novos colaboradores, também na área administrativa, procedeu-se à integração de 5 colaboradores. Ao nível dos técnicos superiores, o quadro de pessoal foi reforçado com 4 novos colaboradores. -----

Ao nível da contabilidade de gestão, 2023, marca o arranque da contabilidade de proveitos. O Município dispõe agora de uma contabilidade de gestão mais completa, que possibilita aos decisores políticos informação atualizada e fiável para a tomada de decisão. -----

M. F.
P



MÉRTOLA

CÂMARA MUNICIPAL

Concluíram-se também neste ano os trabalhos referentes à elaboração da Norma de Controlo Interno do Município. Trata-se de mais um importante instrumento de Gestão que irá permitir aos colaboradores maior segurança na elaboração das suas tarefas e irá também possibilitar introduzir alguns mecanismos de auditoria interna de forma a avaliar, controlar e implementar medidas corretivas sempre que sejam detetadas situações que careçam de aperfeiçoamento. -----

De acordo com modelo único de prestação de contas das entidades públicas aprovado pela Unileo e dando cumprimento ao estipulado na Instrução nº1/2019 do Tribunal de Contas, o Município de Mértola apresenta nos termos aí previstos a sua documentação de prestação de contas do ano 2023. -----

Os documentos de prestação de contas das Autarquias Locais, subdividem-se em 3 grandes grupos: -----

- As Demonstrações Financeiras. Que dão a conhecer a posição financeira, as alterações na posição financeira, o desempenho e dos fluxos de caixa, com base em informações sobre os seus ativos, passivos, património líquido, rendimentos, gastos e outras alterações no património líquido e fluxos de caixa. As principais demonstrações financeiras são: o Balanço; A Demonstração dos resultados por natureza; A Demonstração das alterações do património líquido; A Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo às demonstrações financeiras. -----

- As Demonstrações Orçamentais. Traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade, proporcionando, entre outras, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos. -----

- A Contabilidade de Gestão. Norma NCP 27. Consiste em estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas administrações públicas, que permita uma melhor avaliação da economia, eficiência e eficácia das políticas públicas. A sua finalidade é a apresentação de informações de desempenho, para que os utilizadores possam avaliar a extensão do desempenho da entidade, aferir responsabilidades e tomar decisões. -----

Serão ainda avaliados alguns indicadores económico-financeiros: Liquidez, Autonomia Financeira, Solvabilidade, Endividamento e Equilíbrio Financeiro -----

Factos mais importantes dos documentos de prestação de contas de 2023 -

Apresentaremos de seguida, em resumo, alguns dos dados mais importantes da prestação de contas de 2023, relacionados com a execução orçamental e situação patrimonial. -----

Dados do Balanço: -----

Total do ativo: ----- 85.298.722,20€

Total do património líquido: ----- 76.803.977,84€

Total do passivo: ----- 8.494.744,36€

Dados da Demonstração de Resultados (DR)-----

Rendimentos:----- 18.132.709,35€

Gastos: ----- 20.033.191,58€

Resultado líquido: ----- -1.900.482,23€

Dados da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) -----

Recebimentos:----- 26.757.450,44€

Pagamentos:----- 28.629.460,58€

Dados da Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO) -----

De operações orçamentais: -----



MÉRTOLA

CÂMARA MUNICIPAL

Saldos iniciais: ----- 11.758.484,15€

Saldos finais: -----9.770.588,87€

De operações de tesouraria: -----

Saldos iniciais:----- 14.941,20€

Saldos finais: ----- 130.826,34€

Organização e documentação das contas -----

O processo de Prestação de Contas de 2023, é organizado de acordo com a Instrução nº 1/2019, publicada no Diário da República, 2ª série -Nº 46 – de 6 de março de 2019, e obedece à seguinte nomenclatura:-----

Anexo A.1 – SNC-AP – Regime integral-----

Demonstrações financeiras (individuais) -----

- Balanço-----

- Demonstração de resultados por natureza -----

- Demonstração das alterações do património líquido-----

- Demonstração dos fluxos de caixa-----

- Anexo às demonstrações financeiras -----

Demonstrações de relato (individuais) -----

- Demonstração de desempenho orçamental -----

- Demonstração de execução orçamental da receita -----

- Demonstração de execução orçamental da despesa-----

- Demonstração da execução do plano plurianual de investimentos-----

- Anexo às demonstrações orçamentais-----

- Alterações orçamentais da receita -----

- Alterações orçamentais da despesa -----

- Alterações orçamentais ao plano plurianual de investimentos-----

- Operações de tesouraria -----

- Contratação administrativa – situação dos contratos -----

- Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento -----

- Transferências e subsídios concedidos -----

- Transferências e subsídios recebidos-----

- Outras divulgações-----

- Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos-----

- Encargos contratuais -----

Anexo A.4 – Documentos genéricos (SNC-AP) -----

Documentos genéricos de prestação de contas – SNC-AP-----

- Relação nominal dos responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato -----

- Responsáveis pelas demonstrações financeiras (SNC-AP)-----

- Elaboração-----

- Apresentação e divulgação -----

- Aprovação -----

- Responsáveis pelas demonstrações orçamentais (SNC-AP) -----

- Elaboração-----

- Apresentação/aprovação-----

- Ata da reunião de apreciação das contas pelo órgão competente-----

- Ata da reunião de aprovação das contas pelo órgão competente -----

- Certificação legal de contas -----

- Relatório e Parecer do órgão de fiscalização -----

M. K. P.



MÉRTOLA

CÂMARA MUNICIPAL

- Caracterização da entidade -----
- Mapa dos investimentos financeiros -----
- Mapa da acumulação de funções -----
- Certidões ou extratos dos saldos bancários reportados ao fim do exercício -----
- Reconciliações bancárias -----
- Síntese das reconciliações bancárias -----
- Relatório de atividades e contas -----
- Reconciliação para o Balanço de abertura de acordo com o SNC-AP-----
- Anexo A.5: SNC-AP – Documentos específicos para a Administração Local --**
- Documentos específicos das Autarquias Locais -----**
- Dívida Total -----
- Entidades relevantes para efeitos da dívida total -----
- Apuramento da dívida total -----
- Limite da dívida total -----
- Transferências de competências de órgãos do Estado -----
- Mapa de empréstimos -----
- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por maioria, com quatro (4) votos a favor e um (1) contra, aprovar a Prestação de Contas de 2023, e submeteu o processo à Assembleia Municipal para deliberação.-----
- Votou contra o Vereador Luís Morais. -----

A ata da reunião foi aprovada em minuta, por unanimidade, em conformidade com o nº 3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

E eu,  Coordenadora Técnica, a redigi, subscrevo e assino.



2/2024

**CÓPIA DE PARTE DA -----
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024 -----**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, na totalidade, encontrando-se presentes os membros da Assembleia Municipal identificados na lista que se segue e assinalados com a letra "P", em número de 22, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mértola, e oportunamente convocada pelo ofício-circular nº 3 e edital nº 2 ambos de 12 de abril de 2024.

	PF
Jorge Paulo Colaço Rosa	P
Orlando Manuel Fonseca Pereira	P
Cláudia Isabel Nascimento Celestino	P
Afonso Manuel Teixeira Pereira Domingos	P
Miguel da Conceição Bento	P
Maria do Céu das Neves Alinho Pinto de Andrade	P
Ana Isabel Rosa Morgado	P
Mário Avelino da Silva Martins	P
Ana Patricia Anacleto Candeias	P
Jorge José Horta Revez	F
Manuel Joaquim de Jesus Pereira	P
Cláudia Isabel da Luz Arsénio	P
Pedro Braz Lourenço	P
Olga Maria Silva Dâmaso	a)
Maria Mariana Mestre Lopes	P
Joaquim Manuel Horta Pires – Pres. Junta Freguesia Alcaria Ruiva	P
Ricardo José Martins Moura Godinho – Pres. Junta Freguesia Corte do Pinto	F
Luís Miguel Deodato Caetano – Pres. Junta Freguesia Espírito Santo	P
Maria Fernanda Veríssimo Teixeira Cavaco – Pres. Junta Freguesia de Mértola	P
Rui Manuel Barão Colaço – Pres. Junta Freguesia Santana de Cambas	P
Mariana Ricardina Costa – Pres. Junta Freguesia S. João dos Caldeireiros	P
António José Alves Peleija – Pres. União de Freguesias de S. Mig. Pinheiro, S. Pedro Sólis, S. Sebastião Carros	P

a). Nos termos do nº1 do artº 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na s/redação atual, a Sr.ª Olga Maria Silva Dâmaso, fez-se representar pelo Sr. Tiago Filipe Cordeiro Peleija. -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: -----

Presidente – Jorge Paulo Colaço Rosa; -----

1º Secretário – Afonso Manuel Teixeira Pereira Domingos; -----

2º Secretário – Ana Patrícia Anacleto Candeias. -----

ABERTURA DA SESSÃO: -----

-----Encontrando-se presente a totalidade dos membros da Assembleia, pelo respetivo Presidente foi declarada aberta a sessão eram 17:45horas. -----

2.- ORDEM DO DIA: -----

2.7. – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2023: -----

-----Nos termos e para efeito do disposto na alínea i) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram presentes os documentos de Prestação de



Contas do Município do ano de 2023, aprovados pelo Executivo em reunião ordinária de 17 de abril corrente. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com 13 (treze) votos a favor, 7 (sete) votos contra, aprovar a prestação de contas do Município de 2023. -----

-----Votaram contra os eleitos da Bancada da CDU. -----

4.- APROVAÇÃO DA ATA:-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, o Plenário da Assembleia, por unanimidade deliberou, nos termos e para efeitos do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que a ata fosse aprovada em minuta, no seu todo, suspendendo-se os trabalhos pelo tempo necessário à sua elaboração. ---

----- Reaberta a sessão, procedeu-se à leitura em voz alta da ata em minuta que depois de colocada a votação foi aprovada por unanimidade. -----

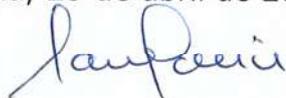
5.- ENCERRAMENTO:-----

O Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão eram 19:30horas.-----

ESTÁ CONFORME

Mértola, 23 de abril de 2024

E eu



, Coordenadora Técnica, a redigi,

subscrevo e assino. -----

